

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.564 - DF (2019/0287629-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MAXIMUS ATACADISTA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADOS : IURE DE CASTRO SILVA E OUTRO(S) - GO029493
PAULO OTAVIO NALINI DE MORAIS - GO049452
AGRAVADO : TOKIO MARINE SEGURADORA S.A
ADVOGADOS : LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES - PR039162
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH - PR035463
STEPHANIE ZAGO DE CARVALHO - PR039429

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por MAXIMUS ATACADISTA DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA EPP, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 811-812, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 771-781, e-STJ):

DIREITO CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. TRANSPORTE DE MERCADORIA. CARGA OBJETO DE ROUBO. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO DA INTEGRALIDADE DOS EMBARQUES E DAS NOTAS FISCAIS. PAGAMENTO A MENOR DO PRÊMIO. MERO LAPSO E ERRO DO SISTEMA. NÃO CONFIGURAÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA GLOBALIDADE. PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SENTENÇA MANTIDA.

1 – De acordo com o princípio da globalidade, que incide sobre os contratos de seguro de apólice aberta, tais como os de seguro de transporte, o direito à indenização securitária é condicionado à averbação mensal de todos os embarques com suas respectivas notas fiscais, sem exceção, sob pena de perda do direito à indenização por eventual sinistro no período.

2 – O descumprimento do princípio da globalidade, constatado pela ausência de averbação de quantidade importante de embarques/notas fiscais, afasta a alegação de mero lapso e erro no sistema, atraindo a perda do direito à indenização securitária pretendida, independentemente de má-fé ou não da Segurada.

Apelação Cível desprovida.

Nas razões do recurso especial (fls. 784-793, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos seguintes artigos:

(i) 113, 187, 422 e 765 do CC/2002, já que a insurgente agiu com boa-fé, razão pela qual não é possível excluir a cobertura contratual;

Contrarrazões às fls. 802-810, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, com amparo na Súmula 7/STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que o supracitado óbice não subsistiria.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, nota-se que o Tribunal local, com amparo no princípio da globalidade, consignou que o descumprimento de obrigação contratualmente estabelecida afastaria a cobertura contratual, independentemente da existência de má-fé. Veja-se (fl. 779, e-STJ):

Nessa esteira, o descumprimento do princípio da globalidade, constatado pela ausência de averbação de quantidade importante de embarques/notas fiscais, e o consequente não preenchimento de pressuposto básico à indenização pretendida, inexoravelmente atraem, independentemente de má-fé ou não do Segurado, a perda do direito à indenização securitária pretendida.

Por sua vez, em sede de recurso especial, a insurgente defende ter atuado de boa-fé, o que impediria a exclusão da cobertura securitária. Destacou, ademais, a impossibilidade de que a má-fé seja presumida.

Constata-se, pois, que as razões invocadas pelo recorrente em seu apelo nobre estão dissociadas dos fundamentos de decidir invocados pelo Tribunal local, na medida em que não impugnaram a linha argumentativa utilizado para o julgamento improcedente da ação.

Diante de tal vício de fundamentação, de rigor a aplicação ao caso, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA.

(...)

3. A insuficiência das razões recursais, dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida, impõem o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1342501/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 31/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO ANTES DA CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 356/STF. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS 283 E 284/STF. INCLUSÃO DE PARTE NO POLO PASSIVO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A apresentação, no recurso especial, de razões dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido impõe o reconhecimento da

incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

(...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 790.234/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018)

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 781, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator